



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ-BEVES  
FACULDADE DE CIÊNCIAS NATURAIS

**EURIVANE AIRES RIBEIRO**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO DE CIÊNCIAS**

BREVES - PARÁ  
2019

EURIVANE AIRES RIBEIRO

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO DE CIÊNCIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Ciências Naturais, do Campus Universitário do Marajó – Breves, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Naturais.

Orientadora: Profa. Dra. Darlene Teixeira Ferreira

BREVES - PARÁ  
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

- R484e Ribeiro, Eurivane Aires.  
Educação inclusiva no ensino de ciências / Eurivane Aires Ribeiro. —  
2019.  
30 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Darlene Teixeira Ferreira  
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do Pará,  
Campus Universitário de Breves, Faculdade de Ciências Naturais, Breves,  
2019.
1. Inclusão. 2. Formação docente. 3. Aprendizagem. 4. Ensino de  
ciências. I. Título.

CDD 371.952

---

**EURIVANE AIRES RIBEIRO**

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO DE CIÊNCIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Ciências Naturais, do Campus Universitário do Marajó – Breves, da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Naturais, aprovado com o conceito \_\_\_\_\_.

### **Comissão Examinadora:**

---

Profa. Dra. Darlene Teixeira Ferreira  
FACIN/CUMB/UFPA (Orientadora)

---

Profa. Tatiane Lima Santos  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTEL

Breves (PA), 11 de julho de 2019.

## RESUMO

A inclusão, sendo um tema bastante discutido nos últimos anos, precisa está de fato presente dentro das instituições de ensino, tanto para fornecer acesso à educação para pessoas com NEE, garantindo condições dignas, com igualdade todos os alunos. Este trabalho é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo geral verificar como ocorre a inclusão de alunos como Necessidades Educativas Especiais – NEE, nas aulas de Ciências do 6º ano do Ensino Fundamental, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Odízia Corrêa Faria, localizada no município de Breves, arquipélago do Marajó – Pará e como objetivos específicos: conhecer como ocorre a inclusão de alunos com NEE nas turmas de 6º ano; e conhecer as dificuldades do professor de CFB, diante não preparação para inclusão escolar. Para o desenvolvimento da pesquisa optamos pela abordagem qualitativa e para coletar os dados realizamos observações diretas e aplicação de questionários. Participaram como sujeito da pesquisa um professor de Ciências que atua no 6º ano do ensino fundamental, dois profissionais de apoio pedagógico que atuam nas salas de aula realizando acompanhamento dos alunos com NEE. Os resultados foram organizados em duas categorias, a saber: (1) Inclusão de alunos com NEE no 6º ano; e (2) Percepção sobre a inclusão, dividida em três subcategorias: Comportamento dos alunos com NEE; Apoio fornecido ao professor da sala e Dificuldades encontradas pelos alunos com NEE na observação dos professores. Constatamos que muito ainda precisa ser feito para que a inclusão ocorra de fato nas escolas e os alunos com NEE sejam acolhidos de forma satisfatória.

**Palavras - chave:** Inclusão. Formação de Professores. Aprendizagem. Ciências.

## ABSTRACT

Inclusion, being a topic widely discussed in recent years, needs to be present within educational institutions, both to provide access to education for people with SEN, ensuring dignified conditions, with equality for all students. This work is the result of a research that had the general objective of verifying how the inclusion of students as Special Educational Needs - SEN occurs, in the science classes of the 6th year of Elementary School, at the Municipal Elementary School Odízia Corrêa Faria, located in the municipality de Breves, archipelago of Marajó - Pará and as specific objectives: to know how the inclusion of students with SEN in the 6th grade classes occurs; and to know the difficulties of the CFB teacher, given the lack of preparation for school inclusion. For the development of the research we opted for the qualitative approach and to collect the data we made direct observations and application of questionnaires. As a research subject, a science teacher who works in the 6th year of elementary education, two pedagogical support professionals who work in the classrooms, monitoring students with SEN, participated. The results were organized into two categories, namely: (1) Inclusion of students with sen in the 6th year; and (2) Perception about inclusion, divided into three subcategories: Behavior of students with SEN; Support provided to the classroom teacher and Difficulties encountered by students with SEN in the observation of teachers. We found that much still needs to be done for inclusion to actually take place in schools and for students with SEN to be welcomed satisfactorily.

**Keywords:** Inclusion. Teacher training. Learning. Sciences.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	07
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	08
2.1	OBJETIVO GERAL.....	08
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	08
<b>3</b>	<b>A INCLUSÃO ESCOLAR: aspectos gerais</b> .....	09
3.1	A INCLUSÃO E O ATENDIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS - NEE .....	09
3.2	A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A INCLUSÃO ESCOLAR.....	11
3.3	A ITERAÇÃO COMO FORMA DE INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLA.....	12
3.4	INCLUSÃO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE.....	15
3.5	O ENSINO DE CIÊNCIAS E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	18
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	20
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	21
5.1	INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEE NO 6º ANO.....	21
5.2	PERCEPÇÃO SOBRE A INCLUSÃO.....	26
5.2.1	Comportamento dos alunos com NEE.....	26
5.2.2	Apoio fornecido ao professor da sala.....	26
5.2.3	Dificuldades encontradas pelos alunos com NEE na observação dos professores... ..	27
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	28
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	29

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, surgiu nos Estados Unidos, quando foi formulada a lei Nº 94.142, de 1975. A legislação apresenta direitos a educação no país, para todas as pessoas com deficiência (MRECH 2001). De acordo com Mrech (2001), em todas as cidades do país, há programas, projetos e ações que propõem a educação inclusiva. Um avanço, porém, singular, já que a inclusão ainda caminha a passos lentos. De acordo com Sant'Ana (2005), depois da Declaração de Salamanca em 1994, a inclusão passou a ser objeto de muitos estudos e pesquisas.

A inclusão, sendo um tema bastante discutido nos últimos anos, precisa está de fato presente dentro das instituições de ensino, tanto para fornecer acesso à educação para pessoas com NEE, garantindo condições dignas, com igualdade todos os alunos. Assim entra em questão, como garantir esse direito, ou qualidade, com professores qualificados, estruturas adequadas, adaptadas, metodologias que proporcione o ensino e aprendizagem para todos os alunos com NEE (MRECH, 2001).

Nesse sentido, o Ministério da Educação (BRASIL, 2006), garante ao aluno com NEE programas e projetos que garantam políticas de melhoria e acessibilidades de aprendizagens. Contudo, para que se efetive, de fato, é preciso que haja engajamento de professores, direção, coordenação e todos os membros que promovam a educação nas instituições de ensino.

Também é de extrema importância, que os educadores sejam capacitados para gerar a inclusão, garantindo os direitos dos alunos com NEE. Tais formações dependem da formação que tem, da continuação dessa formação e da ação de estes irão desenvolver em sala de aula.

Para realização da fundamentação teórica deste estudo realizamos revisão bibliográfica de muitos trabalhos já realizados, autores e artigos que exemplificam essa temática, como Mazzota (2001), apresentando os vários motivos que levam a exclusão de pessoas com deficiências, em Jannuzzi (2004), contando um pouco de fatores históricos da educação especial, também em Nóvoa (1991) e a importância da formação continuada do docente para que a inclusão aconteça. Entre outros autores de igual importância.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Verificar como ocorre a inclusão de alunos como Necessidades Educativas Especiais – NEE, nas aulas de Ciências do 6º ano do Ensino Fundamental, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Odízia Corrêa Faria, localizada no município de Breves, arquipélago do Marajó – Pará.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer como ocorre a inclusão de alunos com NEE nas turmas de 6º ano; e;
- Conhecer as dificuldades do professor de CFB, diante não preparação para inclusão escolar.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos, a saber: (1) Capítulo teórico intitulado “A Inclusão Escolar: Aspectos Gerais”, no qual apresentamos o referencial teórico sobre o significado da inclusão, a importância da formação continuada de professores para a efetivação da inclusão nas escolas, bem como a necessidade de capacitação e como a inclusão tem sido realizada nas aulas de Ciências; (2) Capítulo Metodológico apresentamos o trajeto da pesquisa, enfatizando o tipo de abordagem, o local onde a pesquisa foi realizada, os sujeitos envolvidos na pesquisa e como os resultados foram organizados, no (3) Capítulo dos resultados e das discussões dos dados obtidos com a pesquisa e por fim (4) as considerações finais.

### **3 A INCLUSÃO ESCOLAR: aspectos gerais**

#### **3.1 A INCLUSÃO E O ATENDIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS – NEE**

A Inclusão e o atendimento de alunos com Necessidades educacionais especiais - NEE Estudos voltados para a educação inclusiva, afirmam que a educação ao longo da história foi pautada em um modelo educacional que excluía alunos que não se encaixavam no padrão definido pela convenção de ordem social (SÁ, CAMPOS; SILVA, 2007). Isto é, mesmo havendo um processo de democratização, dando livre acesso à escola para todos, ainda sim evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão.

De acordo com Mazzota (2001), um dos motivos que causam a exclusão é o número reduzido de municípios que podem oferecer recursos adequados para receber alunos com NEE, fazendo com que muitos nem cheguem a ser matriculados, já que as famílias não sentem segurança para deixar seus filhos na escola. Importante dizer que, ainda segundo Mazzota (2001), está comprovado que mesmo possuindo qualquer deficiência, uma pessoa é capaz de aprender, desde que receba educação em ambientes propícios e em locais onde haja recursos que facilitem seu desenvolvimento educacional.

Mazzota (2001), ainda afirma que a educação especial, ou ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência, no contexto de políticas públicas brasileira, só se estabelecem entre o final dos anos 50 e início de 60, precisamente no século XX. Sendo assegurado o direito ao atendimento especializado em 1961, com as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº 4024/61. A referida lei determina que pessoas, ou melhor dizendo, alunos que se encaixem no nível excepcional, tenham direito a educação de preferência dentro das instituições de ensino, ou seja, nas escolas.

No entanto, ao observarmos os avanços para se garantir esse direito no Brasil, iremos constatar que somente vinte anos depois que uma nova lei foi formulada, sendo a Constituição Federal de 1988, onde com o lema de “promover o bem a todos”, sintetiza: “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV).

Já no artigo 206, inciso I, também da CF estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Mas as normas sobre a educação especial, somente foram dadas pelo Decreto nº 6.094/2007. Esse decreto dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração

com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. No Capítulo I desse decreto, intitulado “Do plano de metas compromisso Todos pela Educação”, fica estabelecido como meta “garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas”.

Ao analisarmos a história da educação inclusiva pelo mundo podemos encontrar várias iniciativas de inclusão de pessoas com diferentes tipos de deficiência. A deficiência visual, por exemplo, somente começou a ganhar atenção na segunda metade do século XV, com o surgimento das primeiras instituições com atendimento exclusivo de alunos cegos, na cidade de Paris. Sendo essas, a Escola de Abade de L'Épée e a escola para cegos fundada por Valentim Haiüy, no século XVIII, posteriormente transformada no Instituto de Jovens Cegos de Paris.

No caso da deficiência mental as pessoas eram internadas em orfanatos e até prisões, pois eram vistos como doentes que careciam de controle e afastamento dos ditos normais, “[...] na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2001, p.25).

Felizmente estas visões preconceituosas foram sendo modificadas com o decorrer dos tempos como consequência dos estudos a respeito de pessoas com necessidades especiais, “conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momentos históricos” (BRASIL, 2001, p.25).

Já no século XX, como aponta Jannuzzi (2004), poucos cidadãos começaram a valorizar pessoas que tinham alguma deficiência e aos poucos foram surgindo movimentos sociais e lutas que chegaram a um nível mundial. Eles lutavam contra a discriminação com críticas as práticas preconceituosas sobre o ensino as pessoas deficientes, de forma a fazerem questionamentos e pôr em dúvida os modelos de ensino e aprendizagem, demonstrando assim, a exclusão que provocavam pelos currículos de educação especial.

### 3.2 A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A INCLUSÃO ESCOLAR

A formação continuada em qualquer área profissional se torna importante, pelo fato de manter o aprendizado sempre em inovações, novos conhecimentos e renovação do saber. Nóvoa (1991), pontua que a formação continuada está nos estudos e debates que envolvem práticas educativas, bem como a profissão do professor, isso ocorre porque no campo educacional, tudo muda muito rápido, isto é, as inovações que permeiam a educação sempre se renovam, dessa forma há a necessidade do educador acompanhar essas constantes mudanças.

Não se pode confundir experiência profissional com formação continuada, pois a formação está ligada ao aprofundamento de conhecimento, ao estudo e busca de novos conhecimentos (ANDRADE, 2005). Por outro lado, Andrade (2005) aponta para a experiência que vem de conhecimento do exercício, ou seja, ao exercer uma função por muito tempo, é comum saber como ela funciona, mas no caso da educação, que se renova continuamente, o que vale realmente é a formação continuada e não experiência.

Ainda neste assunto, claro que não se pode deixar a experiência de lado, contudo a formação continuada, não vem por exemplo para alguém que não exerça a função de docente, mas para que já atua em sala de aula, o que já lhe fornece experiência, e não só em relação a necessidade de novos conhecimentos, mas quando se lida com seres humanos, a cada ano, recebemos em nossa turma um perfil de aluno, o que exige diagnóstico e novos estudos para lidar com o ensino e a aprendizagem.

No caso do profissional da educação, em especial, essa formação ainda se torna mais importante, visto que a inclusão vai depender diretamente da atuação desse educador. Além do mais, como Nóvoa (1995) afirma, a formação continuada, bem como outros estudos para enriquecer conhecimentos, são investimentos pessoais que cada cidadão pode escolher fazer.

Contudo, alguns profissionais, ainda podem pensar que ao surgir situações novas seria possível improvisar, o que se torna um erro, pois de acordo com Tardif (2010), por mais que o imprevisto exista em muitas funções que já se tem conhecimento, sempre haverá situações novas que precisam de análise, reflexão e estudo para a compreensão do problema, sem improvisos, mas com ações bem planejadas.

Assim, a busca por formação deve trazer experiências que estejam diretamente ligadas às necessidades que surgem com a prática dos educadores. E devem também ser significativas ao seu cotidiano, a ponto de trazer soluções para seus questionamentos e ainda proporcionar uma ação que mude o cenário anterior a suas dúvidas.

Dessa forma, a busca constante pela formação se torna essencial, visto que proporciona uma melhor atuação do educador, e favorece o desenvolvimento de competências e habilidades para que o mesmo possa lidar com questões relacionadas a inclusão em sala de aula. É por meio da formação, que os professores tem acesso as inovações educacionais relacionadas a forma como os alunos com necessidade educativas especiais precisam ser acolhidos e qual a melhor forma de conduzir o processo de ensino e aprendizagem. Mas voltamos a frisar a questão do querer, pois é necessário que haja interesse por parte do educador, pois para “[...] se realizar qualquer coisa na vida, é necessário, primeiro, a vontade de realiza-la, senão nada acontecerá” (MEDEL, 2009, p.1).

A educação especial ainda enfrenta muitas barreiras para consolidar a inclusão, porém como toda ação precisa de mais planejamentos e profissionais comprometidos para a melhoria. Por tanto, não adianta apenas mostrar os erros que cercam a aprendizagem de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, mas de atitudes em torno dessas dificuldades para possibilitar a estes alunos uma educação de qualidade, liberdade de expressão e menos impedimentos em relação a inclusão.

### 3.3 A ITERAÇÃO COMO FORMA DE INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Da perspectiva da interação com o outro para inclusão, consideramos que a construção do conhecimento envolve vários aspectos e personagens. Isso é compreendido, pelo fato de o aluno com NEE não dependerem apenas do Atendimento Educacional Especializado - AEE, ou do apoio pedagógico, mas de toda a instituição educacional, onde todos os envolvidos na educação da criança possam contribuir de forma significativa em sua formação escolar.

A teoria interacionista é de extrema importância para o processo de inclusão, pelo fato de considerar as especificidades individuais do sujeito, pelas superações advinda de relações de mediação a outro sujeito interativo. A este respeito, Lev Semiónovich Vygotsky é um dos principais autores do tema desenvolvimento do indivíduo pelas experiências vividas pela interação. Ele apresenta reflexões voltadas para a educação de pessoas com deficiência.

Essa abordagem interacionista, ou como é melhor definida, sócio interacionista, já que trata de relações sociais, na qual o desenvolvimento social do ser humano ocorre por meio de

trocas. Ou seja, pela interação e mediação, onde há a socialização de culturas, conhecimentos que ajudam os sujeitos a se desenvolverem pelos conhecimentos que ambos possuem e interagem entre si. Para Monteiro (1998, p. 73),

Vygotsky focalizou o desenvolvimento do portador de deficiência a partir dos pressupostos gerais que orientavam a sua concepção do desenvolvimento de pessoas consideradas normais; desses pressupostos ele destacou os aspectos qualitativamente diversos desses indivíduos, em virtude, não apenas de suas diferenças orgânicas, mas das peculiaridades de suas relações sociais – fatores que fazem com que o portador de deficiência seja, não simplesmente menos desenvolvido em determinados aspectos que seus companheiros, mas um sujeito que se desenvolve de uma outra maneira.

Dessa forma, o autor aponta para o fato de que pessoas com NEE, podem ter grandes progressos no desenvolvimento cognitivo, pela interação, desde que as estimulações sejam aplicadas corretamente. Outro aspecto relevante apontado é em relação ao início dessas interações, pois quanto mais cedo na vida da criança, tem mais chances de ter resultados positivos, além de que há a necessidade do ambiente educacional, ser acessível, bem receptível e ter recursos que facilitem essa interação.

Foucault (1989, p.164), diz que nossa “[...] sociedade, de forma crescente, encarcerou, excluiu e escondeu pessoas anormais, enquanto as observava, examinava e questionava cuidadosamente.”. Essa afirmação do autor refere-se ao fato de que por muito tempo, as famílias mantinham as pessoas com deficiência apenas em suas casas, longe da sociedade, algumas vezes por medo de preconceito ou maus tratos, outras por vergonha da deficiência que a pessoa possuía. Contudo, ao que se percebe na atualidade, ainda acontece, pois poucos são os alunos matriculados e quando frequentam, percebe-se uma superproteção da família, ou desinteresse dos mesmos em avançar o processo educativo desses alunos.

Assim, entende-se que ainda há um grande desconhecimento, por parte da sociedade em relação a importância dessas pessoas, como cidadãos, como pessoas de direitos, que precisam estar em contato não só com membros escolares, mas na sociedade, em geral, pois são partes fundamentais desta.

Na década de 90 muitos acordos foram feitos para apoiar a educação especial, dentre os quais, Conferência Mundial de Educação Especial (1994), em Salamanca, na qual se deu início a Declaração de Salamanca. Essa declaração se posiciona e reafirma o compromisso com a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais dentro das instituições de ensino.

A Declaração de Salamanca, segundo Unesco (1994), aponta para resultados positivos da interação entre crianças com deficiências e as que não possuem. Um ponto que favorece a socialização, é a aproximação de ambas em um mesmo ambiente. Daí a educação inclusiva ser tão importante.

A partir dos compromissos firmados nos documentos de Declaração de Salamanca, LDB e na própria Constituição Federal, foi possível pensar e elaborar políticas públicas que criou as salas de AEE, na educação básica, que fundamenta a legalidade de ações pedagógicas que orienta a educação inclusiva. Dessa forma,

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001 Art.2º. p.1).

Assim, não cabem reclamações a respeito de a instituição não está preparada para receber esta ou aquela criança por ter alguma deficiência, pois sendo lei, o certo é se capacitar os funcionários e preparar o ambiente para receber os alunos que podem ser matriculados a qualquer momento. Pois, ao chegarem à escola, está não poderá exigir do aluno especial, que se enquadre em seu funcionamento e sim, a instituição deve estar preparada, tanto estruturalmente quando em seu corpo funcional, com educadores capacitados para proporcionar a estes alunos uma educação de qualidade.

Não é uma questão de dar direito apenas como pessoas com NEE, mas de tratá-los como cidadãos que possuem direitos como um todo. E fazendo parte desse todo, os direitos devem ser iguais. Por tanto,

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares (UNESCO, 1994, p. 3 apud GUERRA, 2016, p. 07).

Por tanto, os espaços escolares, dever ser locais de acesso, permanência e qualidade a todos, independentemente de suas condições físicas ou psicológicas, financeira ou religiosa, todos devem ter os mesmos direitos. Mas voltando, além do desenvolvimento e funcionamento das instituições educacionais e para voltar a temática de entendimento sobre a educação especial, a autora Guerra (2016), orienta conhecer um pouco da história que leva a

inclusão, ou ao modelo de educação para pessoas com necessidades educacionais especiais.

Assim, Guerra (2016) mostra em seus estudos que atender educacionalmente, pessoas que tenham alguma deficiência, vem desde a época Imperial, no Brasil, com a criação de “duas instituições: O Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), atual Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Imperial Instituto dos Surdos Mudos (1857), atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro” (GUERRA 2016, p. 08).

Contudo, o modelo educacional desse período, era segregado, ou seja, tinham uma educação a parte, em salas separadas dos demais alunos, em uma classe especial, como era conhecida. Somente a partir da década de 60 inicia a inclusão, com pessoas deficientes sendo inseridas nas salas de aula, mas ainda levando o nome de “Integração Escolar” (GUERRA, 2016). A ideia desse modelo, era que o aluno, tendo um avanço, poderia ir para a classe comum, mas de fato não ocorria. De acordo com Guerra (2016), somente depois desse período que a ideia de inclusão vai ser iniciada.

Nos últimos anos, algumas mudanças no meio acadêmico aconteceram de forma a evidenciar a necessidade de propor uma educação que não apenas aceite e respeite, mas que valorize e discuta a diversidade em sala de aula.

#### 3.4 INCLUSÃO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

O termo inclusão é voltado para uma educação igualitária, que de acordo com Rodrigues (2003), é voltada para a ideia de tornar as escolas espaços onde todos tenham os mesmos direitos, independentemente de suas condições financeiras, físicas ou cognitivas, podendo aprender, obtendo conhecimento e se desenvolver.

Em uma visão educativa, a inclusão pressupõe que todo aluno, sendo criança ou adulto, estudem em um ambiente que possibilite o desenvolvimento social e de suas capacidades, como previsto na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma ferramenta importante para a inclusão, pois com as mudanças que vem acontecendo no campo educacional, no que diz respeito a implementação de novas políticas públicas, ele se torna importante para se alcançar os objetivos que se busca na educação especial, e conseqüentemente na inclusão. De acordo com Mantoan (2014, p. 81),

A inclusão escolar envolve, basicamente, uma mudança de atitude face ao outro que não é mais um, um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor, de nossas

vidas. O outro é alguém que é essencial para a nossa constituição como pessoa e dessa alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a justiça, a garantia da vida compartilhada.

O que a autora enfatiza é que durante muito tempo as pessoas com deficiência viveram as margens da sociedade, isto é, que eram obrigados a conviver, mas que não tinham muita significância. Nos dias atuais, podemos constatar grandes avanços na forma como as pessoas com NEE são tratadas, mas muito ainda há de ser feito. É necessário educar para que todos, sem exceção reconheçam nas pessoas com deficiências, com o direito a tudo, não só a educação, mas a contribuir na sociedade, com opiniões ou críticas, mudando ou sendo transformado por ela.

Mas, para que esse modelo de inclusão aconteça, há a necessidade de aceitação das diferenças. Para Mittler (2003), aceitar o que é diferente, já é um princípio da educação inclusiva. Mas, é preciso que dentro do ambiente escolar as pessoas e os espaços sejam preparados para que os alunos com NEE sejam aceitos, independentemente de suas limitações ou dificuldades.

Sobre a educação inclusiva Dutra (2006), mostra a fundamentação da educação inclusiva norteada em leis e direitos humanos, que determinam igualdade de valores de modo que contribua para a extinção de exclusão, principalmente no campo educacional. De acordo com Arnaiz (2005, p.14), na "[...] inclusão, todos os alunos são membros de direito da classe regular, sejam quais forem suas características pessoais".

Assim, alunos com NEE devem ser matriculados no ensino regular, para ter contato com todos os estudantes aprendendo a lidar com as diferenças e aprendendo a respeitá-las. Nesse sentido, Souza e Rodrigues (2008, p. 16) definem pessoas com NEE como sendo

[...] aquelas que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais, intelectuais, psíquicas, bem como altas habilidades e superdotação, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente, e que de alguma forma, na interação dinâmica com os fatores socioambientais, resultem em necessidades singulares no ambiente escolar.

No ambiente escolar é necessário que o aluno que tem uma deficiência seja ensinado a partir de práticas educativas organizadas, isto é, os planejamentos devem ser pautados em cada necessidade, o que ocorre por exemplo quando o aluno tem acesso ao AEE. No AEE os educadores além de organizar material, orientam os demais professores sobre como devem agir junto aos alunos da inclusão. Nessa direção Ujii (2011, p. 69), destaca que:

Atuar educativamente para a diversidade é atender a todos e a cada um na sua particularidade e no seu direito de ser único, individual e especial em sua singularidade humana, independente de necessidades especiais de quaisquer

naturezas. Significa oportunizar uma educação para o sujeito em sua globalidade, compreendendo, pois o indivíduo ou a criança na perspectiva integral.

Por tanto, tendo ou não deficiência, todo ser humano tem direito a uma educação de qualidade, devendo ser observado em suas necessidades, o que leva as instituições educacionais a oferecerem atendimento para todos de formas igualitárias, sem diferenciações, sempre levando em conta as necessidades dos alunos.

Para esse direcionamento há então o AEE, que media ações entre educação especial e regular, funcionando para que a inclusão aconteça, de forma a garantir aos alunos com NEE o acesso ao apoio necessário para ter uma educação de qualidade, bem como os demais alunos. Essa garantia está firmada nas Diretrizes da Educação Especial (BRASIL 2011, p. 1), que dispõem que o AEE é,

Conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestados para complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

Dessa forma, o AEE é um constante apoio na escola que vai complementar o ensino aos alunos com NEE, dando suporte ao ensino regular, ou seja, o aluno é matriculado na sala regular, mas recebe apoio dos professores do AEE, com materiais adaptados, teorias para ajudar o educador a oferecer serviços que o ajudem a aprender entre outras questões necessárias a educação especial.

O AEE funciona prioritariamente como uma sala multifuncional, que tem por finalidade romper as barreiras que impedem a educação de qualidade aos alunos especiais. E como vemos nos direcionamentos do Ministério de Educação (BRASIL 2009, p. 1), o AEE deve ser realizado,

Prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

Cada escola tendo em sua demanda, alunos com alguma deficiência, precisam organizar os espaços para funcionamentos da sala multifuncional, na qual os educadores ali lotados devem também ter seus planejamentos e recursos materiais, além das atividades, levando em consideração as necessidades de seu público alvo. As ações do AEE devem, como

já foi dito, complementar a formação dos alunos especiais, sempre buscando tornar estes educandos mais independentes para que alcance autonomia, tanto dentro do espaço escolar, quanto fora dele (BRASIL, 2008).

### 3.5 O ENSINO DE CIÊNCIAS E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2006), alunos que sejam portadores de qualquer deficiência, necessitando de AEE precisam ser alvos de programas e projetos que facilitem sua aprendizagem e inclusão nas diversas atividades escolares. O que leva o educador aprofundar seus conhecimentos em relação as dificuldades dos alunos, para detectar, se há dificuldade de aprendizagem por qualquer motivo e poder ajustar suas metodologias (BRAZ, *et al.* 2012).

No que diz respeito ao ensino da ciências, biologia e disciplinas afins, também não é diferente, pois como afirma Driver *et al* (1999 apud REIS e SILVA, 2012), a função do professor de ciências, supera o ato de apenas organizar aulas, ele precisa se posicionar e atuar como mediador, tornando o ensino e aprendizado dos alunos mais significativos.

De acordo com Santos (2011), para melhorar a aprendizagem dos alunos o uso de recursos didáticos pode ser visto como ferramenta importante para este fim. E dentro das instituições escolares alunos com NEE devem ser levados em conta, com um planejamento adequado para que o processo de desenvolvimento deste aluno seja eficaz. No que diz respeito ao ensino e a aprendizagem para alunos com NEE o ensino de ciências é um desafio por se tratar de uma área complexa, já que envolve cálculos, análises comparações e experiências diversas.

São muitos os obstáculos que impedem a inclusão acontecer de fato nas instituições de ensino, contudo um pode ser considerado o mais importante, a saber: a ausência de professores preparados para atuarem com alunos com NEE (BUENO, 1999; GLAT, 2007). Segundo Bueno (1999), a formação do educador é fator primordial para que a inclusão seja consolidada e que a aprendizagem dos alunos com NEE seja significativa. Dessa forma, Bueno (1999) formula dois tipos de docentes envolvidos os “generalistas” e “especialistas”.

Os generalistas, de acordo com Bueno (1999) são os docentes que possuem o mínimo de conhecimento para atuar em frente uma classe regular. E os especialistas, tratam-se dos profissionais que atuam em apoio pedagógico em classes que tenham alunos com NEE, ou em atendimento individualizados destes discentes.

Mas é preciso compreender que o docente age de acordo com sua formação, portanto, se ao longo do seu processo formativo, seja na formação inicial ou na formação continuada, o professor tiver acesso a discussões, leituras, disciplinas, etc., é provável que ele tenha informações necessárias para saber lidar e desenvolver atividades adequadas aos alunos com NEE. Caso contrário, é pouco provável que o professor tenha sucesso na sua interação em sala de aula com alunos com NEE, o que provavelmente, prejudicará o desenvolvimento desses alunos.

No entanto, não se busca um culpado por não haver inclusão de fato, mas uma justificativa, já que esses profissionais deixam a desejar porque suas formações, certamente, não contemplaram aspectos relacionados a inclusão. No entanto, é válido salientar que um professor para atuar na educação inclusiva precisa necessariamente ter conhecimentos sobre como a inclusão deve ocorrer, mas além disso ele precisa saber os conteúdos da disciplina que leciona. Portanto, a atuação na educação inclusiva requer um profissional bem preparado para que possa, de fato, contribuir com a inclusão e com a aprendizagem dos alunos com NEE.

Dessa forma, mesmo o ensino de ciência sendo complexo, ele precisa, pela ação do docente ser adaptado a realidade de aprendizagem do aluno. Nesse sentido, Sasaki (1997, p. 41) afirma que a inclusão é “um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”.

Assim os professores, independente de atuar ou não na educação especial, bem como as instituições, em geral, precisam ser minimamente preparados para receber alunos com NEE, não o contrário. Nesse contexto, o ensino de ciências, assim como qualquer outra disciplina, sendo complexa ou não, deve atender as necessidades e dificuldades de aprendizagens do aluno. Somente quando essas adaptações, sejam com uso de recursos tecnológicos, sejam com adaptação de outros materiais, mas quando as instituições e profissionais se dispuserem a promover a inclusão, a partir de suas formações, ela acontecerá de fato.

Outro ponto importante no ensino de ciências é achar que o aluno que apresenta alguma dificuldade na aprendizagem esteja realmente sem nenhum conhecimento, pois por mais que apresentem alguma dificuldade física, ou intelectual, não é uma caixa vazia. Mas como nos afirmam Coll, Palácios & Marchesi (1995, p.11), “por apresentarem algum tipo de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade”.

Assim, para evitar esse tipo de ação errônea, Fonseca (1995) afirma que há a

necessidade de preparar, não só alguns especialistas para atuarem na educação especial, mas todos os professores, pois em determinado momento, na classe estará presente um aluno que necessita de maior ação, adaptação e atuação do docente, para adquirir conhecimento, como os demais alunos.

#### 4 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com base nos princípios do paradigma quantitativo. Para Rodrigues (2006, p. 90) esse tipo de pesquisa “não emprega procedimentos estatísticos ou não tem como objetivo principal, abordar os problemas a partir desses procedimentos”. Essa abordagem é utilizada se objetiva conhecer as percepções e os entendimentos sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação, opiniões, atitudes etc.

Para iniciar a pesquisa realizamos levantamento de materiais já produzidos sobre o tema em livros, artigos, textos, etc. Esse movimento, denominado pesquisa bibliográfica, tem a finalidade colocar o pesquisador em contato com tudo o que já foi escrito sobre o assunto (MARCONI E LAKATOS, 2010). Após a realização da pesquisa bibliográfica iniciou-se a pesquisa de campo. Para Marconi e Lakatos (2010, p.169), a “[...] pesquisa de campo é aquela utilizada com objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema [...]”.

A pesquisa de campo foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Odízia Corrêa Farias, localizada no Centro do município de Breves, arquipélago do Marajó – Pará. Os alunos que frequentam a escola residem nos bairros periféricos existentes no entorno da escola.

Figura 1 - Escola Odizia Correa Farias



Fonte: Arquivo pessoal.

A escola Odízia Corrêa Farias foi fundada na década de 80. Em 1982, foi autorizada a funcionar como escola de 2º grau do sistema Modular de Ensino com o curso de Magistério. Em 1985, a escola foi inaugurada e instalou-se o 2ª grau regular. Em 1998, o município de Breves passou pelo processo de municipalização do ensino fundamental, através do decreto nº 0601/98 de 1º de junho de 1998, quando a escola foi municipalizada passou a ser Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Odízia Corrêa Farias, atendendo alunos de 1ª a 8ª séries e supletivo de 3ª e 4ª etapas.

O órgão Mantenedor é a prefeitura municipal de Breves/Secretaria Municipal de Educação (SEMED). E os recursos Financeiros são do: PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), PDE (Plano de Desenvolvimento Escolar), Recursos do Programa Mais Educação e Fundo Rotativo (mensalmente).

Para coleta de dados realizamos observações das aulas de Ciências em duas turmas do 6º ano e realizamos aplicação de questionários para um professor de C.F.B, que atua nas turmas observadas, e para dois professores de apoio pedagógico. Participaram como sujeito da pesquisa um professor de Ciências que atua no 6º ano do ensino fundamental, dois profissionais de apoio pedagógico que atuam nas salas de aula realizando acompanhamento dos alunos com NEE.

Os resultados foram organizados em duas categorias, a saber: (1) Inclusão de alunos com NEE no 6º ano; e (2) Percepção sobre a inclusão, dividida em três subcategorias: Comportamento dos alunos com NEE; Apoio fornecido ao professor da sala e Dificuldades encontradas pelos alunos com NEE na observação dos professores.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **5.1 INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEE NO 6º ANO**

A Educação Inclusiva na escola ocorre por meio do Atendimento Educacional Especializado – AEE que funciona na sala Multiuso. Os alunos com NEE são atendidos diariamente nesse espaço. Ainda nesse espaço os alunos recebem aulas de reforço escolar no contraturno das suas aulas, estudam Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e podem ter acesso aos recursos didáticos disponíveis na escola. É válido salientar que quando os professores e os professores itinerantes precisam de orientação ou auxílio para realizar atividades eles também são atendidos pela AEE.

É de responsabilidade do professor especialista, em parceria com os professores itinerantes e a coordenação pedagógica, a realização de cursos de formação para os funcionários da escola. Um dos projetos desenvolvidos pela escola intitulado “LIBRAS no ambiente familiar”, comunidade, principalmente os pais dos alunos inclusos, é convidada a receberem formação para aprender a se comunicar com os alunos surdos.

Para conhecer como ocorre a inclusão de alunos com NEE nas turmas de 6º anos realizamos observação de duas turmas, a saber 6º ano A e 6º ano B.

Figura 2 - Turma adultos sexto ano “A” – Escola Odizia



Fonte: Arquivo Pessoal.

A turma do 6º ano A é composta por 30 alunos adultos, que estudam no período noturno, um número considerado adequado, para que os docentes consigam ministrar aulas, promovendo a inclusão. Nessa turma há uma aluna com surdez e um autista moderado. Esses alunos são acompanhados por uma professora de apoio pedagógico.

Realizamos a observação da C.F.B durante duas aulas. Observamos que a aluna surda sempre senta atrás e a professora que trabalha de apoio pedagógico nem sempre está na sala, pois precisa atender outros alunos de outras turmas. Assim, a mesma vem auxiliar a aluna, explicando o assunto em LIBRAS, e segue para atender outros alunos. Já o aluno que tem autismo moderado só recebe atendimento no AEE, mas na sala de aula acompanha as aulas como os demais alunos. De acordo com relato da professora de C.F.B, somente nos dias que o aluno está agitado se faz o encaminhado para a sala do AEE, ou em alguns casos para sua casa.

A aluna surda acompanha as aulas e sempre copia o que é escrito no quadro. Constatamos pouca interação com a turma, em geral, notamos mais diálogo com outra aluna da turma que tentava conversa em LIBRAS. Sobre a situação da aluna surda ao ser questionada a professora de apoio pedagógico afirmou não poder ficar com ela o tempo todo da aula, já que há a necessidade de atender outros alunos. Neste ponto retornamos ao já discutido assunto, sobre a falta de capacitação para os professores, pois se todos que já atuam na sala de aula, conseguissem a comunicação em LIBRAS, certamente dariam mais apoio a aluna surda.

Durante as duas aulas de C.F.B, observei que o professor não usou recursos, não percebi material adaptado, apenas escrita na lousa, explicação e atividades também escrita. Como já citado, a professora de apoio, explicava o conteúdo e em seguida se retirava da sala. Observamos que alguns alunos tentavam ajudar emprestando o caderno com a atividade já respondida para a colega surda e para o colega autista.

Quanto ao professor titular da disciplina, havia pouca interação, comunicação quase nenhuma e segundo o mesmo, não tem fluência em LIBRAS, apenas com pouquíssimo conhecimento só para cumprimentos. Os alunos dessa turma estão inclusos, somente porque foram matriculados, mas o verdadeiro significado da inclusão não acontece de fato, pois estão excluídos de aprendizagem de qualidade, por falta de profissionais capacitados para atuarem na área de educação especial.

Sobre a conduta do professor de C.F.B da turma observada acreditamos que a falta de formação na área dificulta a interação. O ideal, conforme aponta Montoan (3003), era que o professor tivesse formação e se sentisse preparado para receber em sua sala de aula alunos com NEE, de modo a tornar sua classe um ambiente acolhedor para todos, proporcionando a toda turma, harmonia, crescimento, aprendizado e respeito. Contudo, nessa turma percebemos um grande despreparo no tratamento com os alunos com NEE. Para Tessaro (2005) esse fator é dificulta a educação inclusiva.

A segunda turma observada foi o 6º ano B.

Figura 3 - Turma adultos sexto ano “B” – Escola Odizia



Fonte: Arquivo pessoal.

A turma do 6º ano B tem 28 alunos matriculados, mas nas duas aulas observadas, notamos um grande número de ausências. A turma possuía dois alunos inclusos: um cadeirante (que faltou no dia da aula observada) e um aluno com Deficiência Intelectual - DI, que estava na turma. Nessa turma, diferentemente do 6º ano A, o professor de apoio pedagógico esteve presente durante toda a aula auxiliando o aluno com DI.

O professor de C.F.B é o mesmo da outra turma e sua prática pedagógica ocorreu da mesma forma da turma anterior. O que observamos de diferente foi, de fato, a atuação do professor de apoio pedagógico que acompanhou o aluno com deficiência intelectual.

Durante muito tempo, a DI foi tratada como retardo mental. Acreditava-se que a criança não aprendia ou era vista como alguém que não tinha capacidade de se desenvolver. Isso, infelizmente, ainda é presente dentro do ambiente familiar, algumas vezes por preconceito, outras por superproteção. É válido salientar que crianças com DI, se não forem encaminhadas para a escola, à tendência é que não se tornem independentes, e quanto mais cedo frequentarem o ambiente escolar, como novas socializações, mais cedo poderão se desenvolver e adquirir independência.

O preconceito acontece no momento que pensamos no DI como incapaz, sem dar-lhe a chance de se desenvolver e socializar-se com outras pessoas. A este respeito Vygotsky (1995 apud Mittler, 2003, p. 47), diz que “é preciso ter uma visão positiva da deficiência, pois uma criança deficiente não é uma criança defeituosa”.

Foi necessário fazer essa pequena abordagem pelo fato do educador apoio pedagógico poder ser melhor descrito nesse contexto, pois toda ação de inclusão nessa turma, foi possível ser percebida por causa da ação do profissional de apoio ao aluno com deficiência intelectual.

Quando iniciamos a observação o professor de apoio pedagógico já estava na sala, com uma caixa ao lado de sua cadeira, atividades xerocadas, materiais adaptados, alfabeto móvel entre outros. Segundo informações dadas pelos alunos, todos os dias professor de apoio

pedagógico, chega na sala com sua caixa e no momento que o aluno DI, entra na sala, abre um super sorriso, para quem ele identifica como “Migo” (única fala do aluno ouvida durante a pesquisa).

O professor de C.F.B desenvolveu sua aula sem apresentar preocupação. Escreveu na lousa, explicou o conteúdo exatamente como na turma anterior. Por outro lado, o professor de apoio estava um tablete na mão explicou o assunto através de um vídeo-animação para o aluno DI (atraindo a atenção dos demais alunos). Além do vídeo, o professor de apoio pedagógico levou um corpo humano para aluno com DI montar. Observamos que o professor de C.F.B realizou uma atividade que consistia na montagem de um cartaz com as partes do sistema digestório. O aluno com DI participou ativamente da atividade do início ao fim. Interessante que ao longo da atividade o aluno era questionado a localização dos órgãos do sistema digestório e ela indicava corretamente utilizando o seu corpo.

Nessa turma observamos e constatamos que a inclusão é melhor realizada, pois notamos grande interação e integração do professor de apoio pedagógico. No entanto, faltou mais integração do professor de C.F.B. Por este, motivo é possível afirmar que a inclusão acontece quando um profissional é capacitado. Ao ser questionado sobre sua atuação o professor de apoio pedagógico afirmou que não se contenta com apenas o que o sistema educacional lhe propõe, ele sempre vai em busca de mais, de novos conhecimentos, de materiais e tudo que precisa para garantir que seu aluno tenha aprendizagem de qualidade.

A observação nessa turma foi muito proveitosa e estimulante.

É válido destacar que o professor de Ciências responsável pelas turmas observadas possui Licenciatura em Ciências Naturais e Biologia e é concursado a aproximadamente 12 anos e não relatou ter feito nenhum curso relacionado a inclusão. Já a professora de apoio do 6º ano “A” é graduada em Pedagogia e especializada em LIBRAS e em Educação Especial e atua na educação a aproximadamente 15 anos. Já o professor de apoio do 6º ano “B” é formado em Letras e pedagogia, com especialização em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado. Atuando na educação a apenas cinco anos.

As observações nos possibilitaram constatar que mesmo que a escola sendo toda adaptada para qualquer tipo de deficiência, se não houver profissionais capacitados e interessados em promover a inclusão, certamente, ela não vai ocorrer. Notamos que na mesma instituição há profissionais com formação adequada para atuar com a inclusão e outros nem tanto, portanto é necessário que a escola comece a se preocupar de forma mais efetiva com a inclusão e realize formações de forma continua a todos os funcionários, para que a inclusão possa se tornar uma realidade para todos os alunos com NEE.

## 5.2 PERCEPÇÃO SOBRE A INCLUSÃO

### 5.2.1 Comportamento dos alunos com NEE

Os professores que atuam nas turmas observadas relatam o comportamento dos alunos com NEE de forma diferente, como podemos atestar em suas falas, a saber:

**Professor ciências:** *Confesso que o sistema não nos prepara para lidar com “esses” alunos, quando são matriculados. Então algumas vezes, quando o aluno autista se descontrola, o comportamento dele “atrapalha” a aula, mas os professores do AEE, ajudam e tudo se resolve. Fora isso, se comportam bem. Mas no planejamento dou liberdade para os professores de apoio pedagógico escolherem o que adaptar para que os alunos possam aprender. Pessoalmente, eu prefiro a “moda antiga”, porque fica melhor para explicar e o aluno aprender.*

**Professora apoio pedagógico 6º ano “A”:** *Os alunos se comportam bem, mas seria preciso um acompanhamento melhor na sala de aula, porque a aluna surda sente muita dificuldade e o aluno autista também. E nesse modelo de apoio pedagógico, onde tenho que atender outras turmas, dificulta tanto o trabalho, quanto a aprendizagem deles. Algumas vezes o aluno autista, se irrita e é tirado da turma para não tumultuar. Acredito, que se tivesse alguém para auxiliar direto nas aulas, não teríamos esses problemas.*

**Professor apoio pedagógico 6º ano “B”:** *Os alunos não têm problemas de comportamentos, o fato de terem acompanhamento constante, talvez ajude nisso, mas eles se comportam bem. Somente a aluna cadeirante que falta muito, mas é por causa de transporte, segundo a mãe dela. No mais, as aulas acontecem sem tumultos.*

Podemos constatar na fala do Professor de Ciências que não há um preparo adequado para lidar com as situações que ocorrem em sala de aula em decorrência da inclusão. Já a professora de apoio do 6º ano A considera o comportamento dos alunos adequado, mas reconhece a necessidade de melhorar o modelo de atendimento fornecido atualmente. O professor de apoio também afirma não observar problemas de comportamentos dos alunos com NEE.

### 5.2.2 Apoio fornecido ao professor da sala

Para o bom andamento das atividades pedagógicas a escola, ajuda de forma significativa, se possuir materiais e recursos adequados para fornecer aos professores em sala

de aula. Sobre o apoio fornecido pela escola os professores relataram que:

**Professor ciências:** *A professora traz alguns materiais, mas a sala do AEE, disponibiliza materiais que precisam para adaptar nas aulas.*

**Professora apoio pedagógico sexto ano “A”:** *Trago algumas xerox, quando é preciso, a maioria das vezes precisa apenas de tradução em LIBRAS.*

**Professor apoio pedagógico sexto ano “B”:** *A sala do AEE fornece alguns materiais, no entanto, quando estudo para uma determinada deficiência e conheço meu aluno, já produzo ou compro o material que preciso. Procuro ter contato com os conteúdos das disciplinas e produzo o material que facilita o entendimento dos meus alunos.*

Podemos verificar que segundo os professores a escola por meio do AEE fornece os materiais necessários ou os professores de apoio produzem seus materiais.

### 5.2.3 Dificuldades encontradas pelos alunos com NEE na observação dos professores

Apesar das inúmeras discussões e legislações que norteiam o encaminhamento da inclusão escolar sabemos que os desafios ainda são imensos. Muito ainda há a se fazer para que a inclusão ocorra de fato nas escolas brasileiras. Sobre as dificuldades encontradas pelos alunos com NEE, os professores destacam:

**Professor ciências:** *Entenderem os assuntos.*

**Professora apoio pedagógico sexto ano “A”:** *Comunicação com a turma e professores, além do entendimento nos assuntos estudados.*

**Professor apoio pedagógico sexto ano “B”:** *A maior dificuldade é ter profissionais capacitados para atendê-los, infelizmente muitos colegas, apenas cumprem conteúdos, o que não ajuda os alunos com necessidades especiais. Pois fica uma grande barreira entre o conhecimento e eles, porque quem deveria ser mediador, não consegue fazer o conhecimento chegar até eles.*

As falas dos professores indicam três dificuldades: (1) dificuldade que os alunos com NEE tem de compreenderem os conteúdos; (2) dificuldades de comunicação entre os agentes envolvidos no processo de inclusão e (3) ausência de profissionais capacitados para acompanhar os alunos com NEE.

Consideramos fundamental que os professores envolvidos no processo de inclusão reconheçam as dificuldades, pois esse reconhecimento pode nortear a busca por soluções. Nesse sentido, Reily (2001), afirma que o professor tem papel de destaque como mediador do processo de ensino e de aprendizagem no contexto da escola inclusiva. Seu comportamento

perante o aluno com NEE é determinante na orientação desse aluno e na forma como os colegas de sala passaram a se relacionar com ele. É do professor a responsabilidade de organizar o trabalho pedagógico utilizando estratégias que possibilitem a todos participar e aprender.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora o estudo sobre a educação inclusiva seja bastante amplo, na prática se observa ainda um grande distanciamento entre o que se deseja e o que existe dentro das escolas. A inclusão em sala de aula, infelizmente, ainda está longe de acontecer realmente, por diversos fatores entre os quais a desqualificação do docente. Muitos educadores demonstram estar despreparados para tal ação, pois não tiveram ao longo da sua formação oportunidade de aprender sobre o assunto.

É perceptível, que isso não vem apenas da sala de aula, mas desde a formação destes profissionais, que não tem conhecimento sobre as políticas, culturas e ações de inclusão, o que traz um distanciamento entre “culturas, políticas e práticas de inclusão durante o processo de formação de professores, enfatizando a dimensão pessoal e as subjetividades que permeiam este processo” (SALGADO, 2003).

Assim chegamos à conclusão de que o Estado precisa investir mais na formação docente, assegurando aos profissionais envolvidos na inclusão escolar o mínimo de compreensão sobre a educação inclusiva. Dessa forma os professores de Ciências, bem como as demais profissionais, terão um processo de formação mais qualificado frente a situação que irão atuar. O sistema educacional, precisa valorizar e fortalecer o AEE, com seus profissionais especializados, bem como os profissionais que atuam no AEE precisam se aproximar dos demais docentes e promover uma relação mais próxima aos alunos com NEE.

Estes especialistas também precisam socializar seus conhecimentos dentro das instituições de ensino, promovendo formação continuada para os demais professores. O que teria uma grande significação na aprendizagem dos alunos com NEE. Portanto, consideramos que há necessidade dentro das escolas que haja uma maior apropriação de conhecimentos sobre inclusão e diversidade, bem como conhecimento sobre os direitos desses alunos, que ao deixarem de ser inclusos ao sistema de ensino e aprendizagem, não apenas por matrícula, mas em adquirir conhecimento, acaba sendo prejudicados.

## REFERÊNCIAS

ARNAIZ, Sánchez, Pilar. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: Inclusão: **Revista da Educação Especial**, Brasília, v.1, n.1, out. 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Resolução Nº 4, de 2 de Outubro de 2009. Brasília – DF: MEC/CNE/CEB, 2009.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes da Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado**. Decreto nº 7.611, de novembro de 2011. Brasília - DF: Diário Oficial da União, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental – Deficiência visual** – vol. 1 – Série Atualidades Pedagógicas 6. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Estratégias e Orientações pedagógicas para a Educação de Crianças com Necessidades Especiais: Dificuldades de Comunicação e Sinalização: Deficiência Visual**. Secretaria de Educação Especial. Brasília (DF), MEC; SEESS, 2002.

BRAZ, A; DUARTE, M; CIA, F. Na escola: Adaptação do conteúdo de ciências para os alunos com Síndrome de Down: um relato das ações do PIBID do curso de Licenciatura em Educação Especial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5., 2012. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2012.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais**, Porto Alegre: Artes Médicas, v.3, 1995.

DRIVER, R.; ASOKO, H. LEACH, J.; MORTIMER, E.; SCOTT, P. Construindo conhecimento científico em sala de aula. **Química Nova na Escola**, n. 9, p. 31-40, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1989.

GLAT, R. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. (Questões atuais em Educação Especial IV).

GUERRA, Gleidis Roberta. **Legislação e Políticas Públicas de Inclusão e Multiculturalidade**. Valinhos, 2016.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados. 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTEIRO, M. A educação especial na perspectiva de Vygotsky. In: ASSUNÇÃO, M. **Vygotsky: um século depois**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1998.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MITTLER, P. J. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NÓVOA, A. A formação contínua entre a pessoa-professor e a organização escola. Inovação. **Revista do Instituto de Inovação Educacional**, Porto, v. 4, n. 1, 1991.

REILY, Lucia Helena. **Estratégias pedagógicas na escola inclusiva**. Disponível em: <[http://www.papirus.com.br/entrevista\\_detalhe.aspx?chave\\_entrevista=7&menu=autores](http://www.papirus.com.br/entrevista_detalhe.aspx?chave_entrevista=7&menu=autores)>. Acesso em 26/11/2018.

RODRIGUES, D. **O paradigma da educação inclusiva: reflexões sobre uma agenda possível**. Inclusão, 2003.

SANTOS, L. C. M. **Experiências com a utilização dos recursos didáticos nas aulas de ciências do 7º ano na escola estadual prof. Arício Fortes**. 2011.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação inclusiva: concepção de professores e diretores. **Maringá**, v. 10, n. 2, p. 227-234, maio\ago. 2005.

SASSAKI, R. K. **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**. São Paulo: PRODEF, 1997, 16 p.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 10 ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2010.

UJIIE, Nájela Tavares. A construção de um espaço inclusivo e estratégias de ação educativa para a primeira infância. In: PIETROBON, Sandra Regina Gradacho; UJIIE, Nájela Tavares. **Educação Infantil: saberes e fazeres**. Curitiba -PR: CRV, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 26 de jan. de 2018.

VIGOTSKI, L.S. **Obras Escogidas: Tomo V. Fundamentos de defectologia**. Madrid: Visor,1997.